

A SOLIDÃO ESTRUTURAL DA MÃE SOLO NEGRA NO BRASIL

THE STRUCTURAL LONELINESS OF THE BLACK SINGLE MOTHER IN BRAZIL

LA SOLEDAD ESTRUCTURAL DE LA MADRE SOLTERA NEGRA EN BRASIL

Marciana Aparecida Hilário Pena Gonçalves¹

Tatiane de Jesus Fernandes²

RESUMO: Este artigo buscou analisar o fenômeno da solidão estrutural da mãe solo negra no Brasil contemporâneo a partir da intersecção entre gênero, raça e classe, identificando os impactos dessa convergência na vulnerabilidade social e na saúde mental desse grupo. Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório e descritivo pautado em pesquisa documental de dados estatísticos secundários e revisão bibliográfica crítica. A investigação articula o referencial teórico do feminismo negro e da economia do cuidado aos indicadores socioeconômicos extraídos do IBGE e da FGV IBRE. Os resultados revelam que a monoparentalidade no país possui uma demografia marcadamente negra (61%), caracterizada por profundas assimetrias socioeconômicas, em que 63% desses lares sobrevivem abaixo da linha da pobreza e enfrentam severas restrições de renda, saneamento e escolaridade. Ademais, constata-se que o mito da “mulher negra forte” opera como um dispositivo de desumanização que invisibiliza o sofrimento ético-político e o burnout parental, legitimando o abandono paterno e o desinvestimento estatal. Conclui-se que a solidão dessas mulheres ultrapassa a dimensão afetiva, configurando-se como um desamparo institucional e estrutural. O estudo ressalta a urgência de pautar a economia do cuidado como um problema de justiça distributiva e reparação histórica, demandando políticas públicas interseccionais.

Palavras-chave: Maternidade Solo. Interseccionalidade. Racismo Estrutural. Economia do Cuidado. Solidão.

ABSTRACT: This article analyzes the phenomenon of the structural loneliness of the Black single mother in contemporary Brazil from the intersection of gender, race, and class, identifying the impacts of this convergence on the social vulnerability and mental health of this group. Methodologically, it is an exploratory and descriptive study based on documentary research of secondary statistical data and a critical literature review. The investigation articulates the theoretical framework of Black feminism and the care economy with socioeconomic indicators drawn from IBGE and FGV IBRE. The results reveal that single-parent households in the country have a markedly Black demography (61%), characterized by deep socioeconomic asymmetries, in which 63% of these households survive below the poverty line and face severe constraints regarding income, sanitation, and education. Furthermore, it is found that the myth of the “strong Black woman” operates as a mechanism of dehumanization that renders their ethico-political suffering and parental burnout invisible, thereby legitimizing paternal abandonment and state disinvestment. The study concludes that the loneliness of these women goes beyond the emotional dimension, configuring itself as institutional and structural neglect. Finally, it highlights the urgency of addressing the care economy as an issue of distributive justice and historical reparation, demanding intersectional public policies.

Keywords: Single Motherhood. Intersectionality. Structural Racism. Care Economy. Loneliness.

¹Mestre em Administração Pública. Membro do Grupo Internacional Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP) e do Grupo de Pesquisa/CNPq em Espaços Deliberativos e Governança Pública. Universidade Federal de Viçosa.

²Tecnóloga em Marketing pelo Centro Universitário de Viçosa (Univiçosa). Pós-graduação em Gestão Pública (CENES).

RESUMEN: Este artículo analiza el fenómeno de la soledad estructural de la madre soltera negra en el Brasil contemporáneo a partir de la intersección entre género, raza y clase, identificando los impactos de esta convergencia en la vulnerabilidad social y en la salud mental de este grupo. Metodológicamente, se trata de un estudio exploratorio y descriptivo basado en la investigación documental de datos estadísticos secundarios y en una revisión bibliográfica crítica. La investigación articula el marco teórico del feminismo negro y de la economía del cuidado con los indicadores socioeconómicos extraídos del IBGE y de la FGV IBRE. Los resultados revelan que la monoparentalidad en el país posee una demografía marcadamente negra (61%), caracterizada por profundas asimetrías socioeconómicas, donde el 63% de estos hogares sobrevive por debajo de la línea de pobreza y enfrenta severas restricciones de ingresos, saneamiento y escolaridad. Además, se constata que el mito de la “mujer negra fuerte” opera como un dispositivo de deshumanización que invisibiliza el sufrimiento ético-político y el burnout parental, legitimando el abandono paterno y la desinversión estatal. Se concluye que la soledad de estas mujeres va más allá de la dimensión afectiva, configurándose como un desamparo institucional y estructural. El estudio destaca la urgencia de plantear la economía del cuidado como un problema de justicia distributiva y reparación histórica, demandando políticas públicas interseccionales.

Palabras clave: Maternidad Soltera. Interseccionalidad. Racismo Estructural. Economía del Cuidado. Soledad.

1 INTRODUÇÃO

A maternidade, enquanto constructo social no Ocidente, é historicamente atravessada por narrativas de romantização, abnegação e plenitude. Sob a égide do mito do instinto materno, espera-se que a mulher encontre na criação dos filhos a sua máxima realização existencial, um processo frequentemente associado à renúncia de si em prol da prole (Iaconelli, 2020). No entanto, quando esse papel é desempenhado de forma monoparental, as fissuras dessa idealização tornam-se evidentes. No Brasil contemporâneo, a experiência da mãe solo impõe uma rotina de sobrecarga crônica, mas as suas dinâmicas mais profundas não afetam todas as mulheres de maneira uniforme. É na intersecção entre gênero, raça e classe que a vulnerabilidade atinge seu ápice, conferindo à solidão da mãe solo uma demografia marcadamente negra e periférica.

Ao analisar o cenário das famílias monoparentais no país, constata-se que o crescimento desse arranjo familiar é indissociável das assimetrias raciais e estruturais herdadas do período colonial. De acordo com dados da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE, 2023), o Brasil registrou um acréscimo de 1,7 milhão de mães solo na última década, sendo que aproximadamente 90% desse contingente é composto por mulheres pretas e pardas (Machado, 2026). Esse dado evidencia que a chefia de família por mulheres negras não decorre de uma mera escolha de arranjo doméstico, mas reflete processos históricos de abandono paterno, precarização do mercado de trabalho e o racismo estrutural que vulnerabiliza os corpos negros (Gonzalez, 1984).

Diante dessa realidade, o presente estudo delimita seu problema de pesquisa a partir do seguinte questionamento: de que forma as opressões estruturais de gênero, raça e classe convergem para produzir e intensificar a solidão — tanto em sua dimensão socioeconômica quanto psicossocial — na vivência das mães solo negras no Brasil contemporâneo? A hipótese que orienta este trabalho sugere que a solidão experimentada por essas mulheres ultrapassa o sentimento subjetivo de isolamento afetivo; trata-se de uma solidão estrutural e institucional, alimentada pelo mito da “mulher negra forte” (Pacheco, 2013), que desumaniza o sofrimento dessas mães e justifica a ausência de redes de apoio formais e de políticas públicas direcionadas à infância e à assistência social.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na urgência acadêmica e social de preencher lacunas teóricas que tratam a monoparentalidade sob uma ótica universalista e dita “neutra”, que desconsidera o viés racial. Investigar a solidão da mãe solo negra sob a lente da interseccionalidade (Crenshaw, 1989) permite desvelar como a desigualdade de renda, a informalidade laboral e a escassez de infraestrutura urbana (como o déficit de creches públicas) operam como vetores de isolamento e adoecimento mental, manifestado por meio do burnout parental. Sob o aspecto social, o artigo contribui para o debate público ao pautar a economia do cuidado como um problema de reparação histórica e justiça distributiva, e não como uma obrigação doméstica privada e individualizada.

3

Para responder ao problema formulado, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o fenômeno da solidão estrutural da mãe solo negra no Brasil contemporâneo a partir da intersecção entre gênero, raça e classe, identificando os impactos dessa convergência na vulnerabilidade social e na saúde mental desse grupo. Como objetivos específicos, o trabalho busca: contextualizar historicamente o lugar social da mulher negra na estrutura familiar brasileira; mapear os principais indicadores socioeconômicos que caracterizam os lares monoparentais chefiados por mulheres negras em comparação às brancas; e discutir as dimensões psicossociais da solidão e os impactos do acúmulo da jornada do cuidado no esgotamento mental dessas mães.

Para responder ao problema formulado, este artigo adota um delineamento metodológico de natureza exploratória e descritiva, estruturado por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica crítica. O arcabouço empírico apoia-se na triangulação analítica de dados estatísticos secundários extraídos principalmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação

Getulio Vargas (FGV IBRE). Esses indicadores são articulados dialeticamente a uma revisão bibliográfica fundamentada nas teorias do feminismo negro e nos estudos sobre a economia do cuidado.

A estrutura deste trabalho está dividida em cinco capítulos, iniciando por esta introdução. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica acerca da interseccionalidade e a desconstrução do mito da força inabalável da mulher negra. O terceiro capítulo detalha os caminhos metodológicos adotados. O quarto capítulo é dedicado à exposição e análise dos indicadores socioeconômicos, de infraestrutura e saúde mental das mães solo. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais, sintetizando os principais achados e propondo caminhos para políticas públicas interseccionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GÊNERO, RAÇA E A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA MATERNIDADE NEGRA

2.1 O Conceito de Interseccionalidade como Lente Analítica

A análise da monoparentalidade no Brasil exige o abandono de categorias universais e homogêneas de “mulher” ou de “mãe”, demandando um olhar atento para as diferentes formas como esses papéis são exercidos e nomeados na realidade social. Sob essa perspectiva de desconstrução, a transição terminológica da expressão “mãe-solteira” para “mãe-solo” reflete um esforço contemporâneo para desvincular o exercício da maternidade do estado civil da mulher, combatendo estigmas históricos (Fontenele, 2020). A autora argumenta que o termo “mãe solteira” carrega um ranço patriarcal que condiciona a dignidade e a validação da mulher à presença de uma figura masculina, apagando sua autonomia. Sob a ótica de Maciel da Fonseca *et al.* (2024), essa mudança de nomenclatura atua diretamente na desconstrução do ideal romântico e compulsório da família nuclear patriarcal.

Ao rejeitar o rótulo pejorativo que condiciona o valor da mãe à presença de um cônjuge, a categoria “mãe-solo” desloca o debate do status civil para a realidade factual do cuidado e da sobrecarga material (Fontenele, 2020). Com isso, põe-se em evidência as assimetrias de gênero e a desproporção na cobrança das responsabilidades parentais, questionando uma cultura que historicamente utilizou a maternidade como um dispositivo de subjugação e controle da identidade feminina.

Nessa mesma linha de análise conceitual, Finamori e Batista (2022) sublinham que a emergência da categoria “mãe-solo” opera tanto como uma designação empírica quanto como

uma potente ferramenta analítica e política, capaz de politizar a solidão das mulheres na criação dos filhos e de tensionar as estruturas tradicionais de parentesco. Contudo, as autoras alertam para o risco de uma universalização abstrata do termo, argumentando que a experiência concreta da monoparentalidade feminina é fraturada pelas assimetrias estruturais que reordenam as opressões no cotidiano dessas chefes de família. Essa transição conceitual e a consequente politização do termo ganham relevância quando confrontadas com a unilateralidade compulsória das funções parentais demonstrada empiricamente pelos dados censitários.

Contudo, embora a categoria “mãe-solo” represente um avanço político importante para a autonomia das mulheres, essa vivência não se manifesta de forma homogênea no tecido social. O peso do estigma e da sobrecarga material assume contornos radicalmente distintos a depender de onde essa mãe se localiza nas hierarquias de cor e de classe. Portanto, para compreender a complexidade que envolve a realidade da mãe solo na periferia, é preciso ir além do recorte de gênero, sendo o aporte teórico da interseccionalidade uma ferramenta metodológica e epistemológica indispensável. Proposto formalmente pela jurista norte-americana Crenshaw (1989), o conceito de interseccionalidade surge para dar visibilidade às discriminações estruturais que não podem ser capturadas quando as variáveis de opressão são analisadas de forma isolada ou meramente aditiva.

5

Crenshaw (1989) argumenta que o racismo e o machismo interagem de modo a criar eixos específicos de exclusão, nos quais as mulheres negras experimentam vulnerabilidades que as mulheres brancas ou os homens negros não vivenciam. Ao transpor essa lente para o contexto nacional, intelectuais como Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2020) já denunciavam a necessidade de “enegrecer o feminismo”, demonstrando que a fratura social brasileira se assenta sobre a articulação mútua entre o patriarcado e a supremacia branca, ambos herdados de uma estrutura colonial que nunca foi plenamente superada.

No âmbito da maternidade solo, a interseccionalidade revela que o desamparo vivenciado não decorre de uma contingência individual ou afetiva, mas de uma encruzilhada de opressões. O gênero determina a atribuição compulsória do cuidado; a raça dita o lugar de subalternidade e o desinvestimento do Estado; a classe limita o acesso à infraestrutura e à rede privada de suporte. Portanto, a solidão da mãe solo negra não é a soma de três isolamentos, mas uma nova e específica configuração de exclusão social e desamparo institucional.

2.2 A Herança Colonial e o Lugar da Mulher Negra na Estrutura Familiar

A configuração dos lares monoparentais chefiados por mulheres negras no Brasil possui profundas raízes históricas na vigência do regime escravocrata. González (1984), em sua seminal crítica sobre o racismo e o sexismo na cultura brasileira, desvelou os papéis historicamente atribuídos à mulher negra na dinâmica social: a “mulata” hipersexualizada, a “doméstica” subalternizada e a “mãe preta”. Esta última, figura icônica do período colonial, materializava a cisão drástica entre o ato de parir e o direito de maternar. A mãe preta amamentava, cuidava e educava os filhos da aristocracia branca, enquanto seus próprios filhos eram apartados, vendidos ou negligenciados pela lógica de exploração senhorial.

Essa dinâmica desestruturou historicamente a possibilidade de constituição de arranjos familiares nucleares nos moldes ocidentais para a população negra. Como aponta a sociologia crítica, o esvaziamento da responsabilidade paterna nos lares negros não é um desvio moral contemporâneo, mas o reflexo de um processo histórico contínuo de negação da humanidade e dos vínculos afetivos de homens e mulheres escravizados.

Após a abolição formal em 1888, a ausência de políticas de integração econômica empurrou as mulheres negras para o mercado de trabalho informal — sobretudo para o emprego doméstico remunerado, perpetuando a função de “mucama” moderna (González, 1984). O cuidado com o outro permaneceu no centro de sua subsistência, operando uma transferência crônica de energia afetiva e laboral: a mulher negra sai de sua comunidade para cuidar dos lares e dos filhos das classes abastadas, sendo compelida a deixar suas próprias crianças sob redes de apoio precárias ou em absoluta solidão factual.

Se a estrutura econômica aprisiona a mãe solo negra na base da pirâmide social, a dimensão subjetiva é controlada por uma ideologia perversa, o mito da “mulher negra forte”. Este arquétipo, construído socialmente e reproduzido tanto pela população branca quanto pela própria comunidade negra, naturaliza a resiliência e a capacidade de suportar adversidades extremas sem queixumes ou demandas por auxílio.

Pacheco (2013), em seus estudos sobre afetividade e solidão da mulher negra, adverte que a idealização da força inabalável opera como um mecanismo de desumanização. Sob a máscara do elogio e do reconhecimento público, expressos em rótulos como “mãe guerreira”, retira-se da mulher negra o direito à vulnerabilidade, ao cansaço, à dúvida e ao adoecimento psíquico.

A retórica da fortaleza invisibiliza as fraturas emocionais e legitima o abandono. Se ela é forte o suficiente para dar conta de tudo sozinha, a sociedade, o Estado e o pai biológico sentem-se desobrigados de oferecer suporte (Pacheco, 2013, p. 112).

Essa exaustão extrema e prolongada encontra respaldo na estrutura teórica proposta por Mikolajczak e Roskam (2018) acerca da síndrome de burnout parental. As autoras caracterizam o transtorno como um esgotamento crônico decorrente do estresse da parentalidade, manifestado quando os recursos de enfrentamento da mãe são amplamente superados pelas demandas cotidianas. No cenário nacional, esse fenômeno é empiricamente corroborado por Ferreira e Elias (2024), que, ao investigarem a prevalência do burnout parental no contexto brasileiro, constataram que mães solo apresentam níveis consideravelmente mais elevados de esgotamento emocional e menor capacidade de monitoramento parental em comparação a mães casadas. Esse dado evidencia que a ausência de um coparental ativo reduz drasticamente os recursos de enfrentamento dessas mulheres, tornando a sobrecarga um preditor direto para o adoecimento psicológico. No contexto da mãe solo negra, o burnout parental deixa de ser uma mera resposta a uma vulnerabilidade individual e passa a ser o resultado inevitável de uma estrutura social que sabota seus recursos de suporte, convertendo a exigência cultural de infalibilidade em adoecimento psíquico factual.

Essa desobrigação do polo masculino e o consequente peso depositado sobre a mulher revelam as estruturas de um ideal romântico e compulsório de maternidade. Ao investigar essa dinâmica sob a lente interseccional, Cabral Lopes dos Santos (2022) adverte que a sobrecarga imposta a essas mães ultrapassa o cansaço físico, configurando um quadro de sofrimento ético-político. Esse sofrimento emerge justamente da contradição entre as exigências sociais normativas de uma maternidade perfeita e a escassez de recursos materiais e afetivos oferecidos a essas mulheres, gerando um sentimento crônico de desamparo e inadequação que violenta sua subjetividade.

Conforme aponta Cabral Lopes dos Santos (2022), é imperativo questionar esse modelo idealizado de mãe, bem como a premissa de que o amor materno seja um atributo incondicional e inato à mulher. A autora provoca uma reflexão necessária sobre a assimetria de gênero ao indagar até que ponto se cobra pela paternidade dos homens na mesma medida em que se exige a maternidade das mulheres. Para ela, tais questionamentos funcionam como críticas severas a uma cultura que perpetua a definição da mulher a partir de sua biologia, vinculando a capacidade reprodutiva à própria construção da identidade feminina. No caso da mãe solo negra, essa vinculação biológica ganha contornos ainda mais rígidos através do mito da resiliência.

Essa desmistificação da infalibilidade materna é corroborada por Ribeiro (2018, p. 87), ao pontuar que “mãe é um ser humano, e não alguém com superpoderes. Por trás de uma mãe que

aguenta tudo há uma mulher que desistiu de muita coisa e um pai ausente desculpado pelo patriarcado”. Essa estrutura patriarcal que absolve o polo masculino, ao mesmo tempo em que maximiza a capacidade de suportar dores da mulher negra, serve como engrenagem para a manutenção do desamparo.

Quando a essa equação se adiciona a maternidade monoparental, a rejeição afetiva intensifica-se de forma drástica. O corpo social frequentemente rotula a mãe solo negra como uma “bagagem pesada” ou um “risco financeiro”, empurrando-a para uma zona de invisibilidade romântica ou, paradoxalmente, de hipersexualização fetichista. Os relacionamentos inter-raciais, quando ocorrem, muitas vezes reproduzem dinâmicas de poder herdeiras da herança colonial, relegando essa mulher ao espaço do afeto clandestino, utilitarista ou não legitimado socialmente perante as esferas públicas e familiares do parceiro. Esse cenário sedimenta a percepção subjetiva de que a reciprocidade e o companheirismo são privilégios negados à sua existência. Nas palavras de bell hooks (2020, p. 142), “muitas mulheres negras sentem que receberam amor apenas quando desempenharam um serviço útil”; para a mãe solo negra, essa dinâmica se radicaliza, confinando-a a uma solidão afetiva perene onde sua única utilidade social permitida é o ato de cuidar, nunca o de ser cuidada. Como bem sintetiza Silva (2021, p. 6):

No interior das relações subjetivas a racialização informa quem são os sujeitos dignos ao exercício pleno dos afetos, ao passo que são as subjetividades que nomeiam as suas emoções e sentimentos, produzindo linguagens e, em última análise, discursos. Portanto, quando os sistemas de opressão atuam na capacidade de sentir, nomear e experienciar os cotidianos de afetividade, depara-se novamente com o fenômeno de aniquilamento, ou seja, o sentimento de abandono e solidão (Silva, 2021, p. 6).

2.3 A Economia do Cuidado e a Expropriação do Tempo Vital

Para além dos aspectos psicológicos e históricos, a solidão da mãe solo negra materializa-se na assimetria da chamada Economia do Cuidado. Este conceito engloba todas as atividades reprodutivas essenciais para a manutenção da vida e a reposição da força de trabalho — desde a alimentação, limpeza e vestuário até o suporte emocional e a socialização primária das crianças (Hooks, 2020). Embora indispensável para o funcionamento do sistema capitalista, o trabalho de cuidado é sistematicamente invisibilizado e desvalorizado economicamente por ser majoritariamente executado por mulheres e associado a uma vocação natural de gênero.

No caso da mãe solo negra, a compressão das possibilidades de existência atinge o ápice daquilo que bell hooks (2020) conceitua como a privação compulsória do direito ao bem-estar e ao pleno desenvolvimento de si mesmo. Essa dinâmica de vulnerabilidade é adensada quando o

cuidado é analisado sob a métrica do mercado de trabalho. Conforme advertem Camarano *et al.* (2025), embora o cuidado tenha se consolidado como uma ocupação de alta demanda na sociedade contemporânea, as condições em que ele é exercido permanecem profundamente precarizadas, desvalorizadas e marcadas por baixos salários, atingindo prioritariamente os estratos populacionais de menor renda.

Essa realidade ganha contornos dramáticos quando confrontada com os dados do IBGE (2022), os quais demonstram que as mulheres negras dedicam, em média, 22 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, quase o dobro do tempo despendido por homens brancos e sensivelmente superior ao de mulheres brancas.

Aprofundando essa leitura estrutural, Quirino (2025) aponta que a expressiva prevalência de lares monoparentais entre a população de mulheres negras não é um dado isolado, mas o reflexo de uma conjuntura atravessada por determinantes históricos onde o racismo e o capitalismo atuam como estruturas interdependentes, mantendo-as na base da pirâmide social. É nessa encruzilhada entre a subsistência econômica e a jornada compulsória do cuidar que o desamparo institucional se manifesta no cotidiano prático.

Como assevera Barbosa e Braga (2024), a exaustão provocada por essa dupla jornada é frequentemente agravada pela pressão patronal no ambiente de trabalho. Cientes da extrema dependência financeira dessas chefes de família, os empregadores tensionam as relações laborais justamente nos momentos em que elas necessitam de flexibilidade para acompanhar os filhos em demandas básicas, como consultas médicas ou reuniões escolares. Esse cenário de vulnerabilidade resulta em sérios conflitos para a saúde mental da mãe solo negra, que se vê encurralada entre a ameaça do desemprego e a negligência forçada dos cuidados familiares. Adicionalmente, as autoras denunciam a postura de pais que, ao fornecerem estritamente a pensão alimentícia, muitas vezes de forma irregular, julgam-se no direito de fazer exigências subjetivas ao mesmo tempo em que se recusam a participar ativamente das responsabilidades cotidianas, afetivas e educacionais da criança.

Essa disparidade reflete a face mais perversa da divisão racial do trabalho no capitalismo brasileiro. Como bem aponta a socióloga Gonzalez (1984, p. 235), a estrutura social reserva à mulher negra um lugar de “exclusão produtiva e exaustão reprodutiva”, onde seu corpo é visto como um recurso inesgotável de trabalho manual e doméstico. Desprovida do direito à subjetividade, a mãe solo negra é engolida por uma rotina na qual a escassez de tempo livre inviabiliza a continuidade dos estudos, a inserção qualificada no mercado formal ou o cultivo

de laços de lazer e autocuidado. Nas palavras contundentes de bell hooks (2020, p. 153), “quando a sobrevivência diária exige todo o nosso foco, a exploração do nosso próprio potencial criativo e intelectual torna-se um luxo inacessível”. A solidão, portanto, deixa de ser apenas a falta de uma companhia e passa a ser a ausência absoluta de si mesma, expropriada por uma engrenagem que drena o tempo vital para a reprodução da vida alheia.

3 METODOLOGIA

O desenho metodológico de uma pesquisa científica constitui o alicerce que garante a validade, a replicabilidade e o rigor analítico das inferências produzidas (Minayo, 2014). Para investigar a solidão estrutural da mãe solo negra a partir de uma perspectiva interseccional, este estudo adota uma abordagem de natureza descritiva e exploratória, estruturada por meio de uma pesquisa documental de dados estatísticos secundários e de uma revisão bibliográfica crítica (Creswell, 2021). A escolha por esse delineamento se justifica pela necessidade de capturar tanto as dimensões macroestruturais do fenômeno, expressas na materialidade dos indicadores socioeconômicos, quanto as dinâmicas microestruturais e subjetivas que incidem sobre a saúde mental e o isolamento afetivo desse grupo social.

Segundo Gil (2019), pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis. O estudo ancora-se na epistemologia do feminismo negro e na teoria da interseccionalidade (Crenshaw, 1989), utilizando esses constructos teóricos não apenas como fundamentação teórica, mas como categorias analíticas que orientam todo o percurso metodológico.

O procedimento de coleta de dados ocorreu de forma bifásica. A primeira fase consistiu no levantamento bibliográfico, realizado por meio de buscas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores combinados via operadores booleanos: “Mãe solo” AND “Mulher negra” AND “Solidão” e “Interseccionalidade” AND “Maternidade monoparental” AND “Racismo estrutural”.

A segunda fase compreendeu a coleta de dados secundários de natureza quantitativa, por meio de pesquisa documental baseada em macrodados agregados de fontes institucionais públicas do Estado brasileiro. O escopo amostral concentrou-se nos relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como em notas técnicas produzidas pelo Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), delimitando o escopo temporal para as dinâmicas ocorridas na última década.

Os dados quantitativos obtidos foram organizados e categorizados de forma comparativa entre duas variáveis de análise: “Mães Solo Negras” (somatório de pretas e pardas) e “Mães Solo Brancas”. O tratamento e a articulação de todo o corpus documental e bibliográfico foram orientados metodologicamente pelos princípios da triangulação de dados (Minayo, 2014) e pela análise temática dos conteúdos levantados (Bardin, 2016), estruturada a partir das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento interpretativo dos resultados. Esse cruzamento dialético buscou desvelar de que forma a precariedade material estatística se converte no sofrimento existencial e na solidão psíquica da mulher negra chefe de família.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

4.1 A Demografia da Solidão: o Perfil da Mãe Solo Negra no Brasil

No que diz respeito aos indicadores de arranjos monoparentais, levantamentos conduzidos pelo IBGE (2022) apontam que a materialização da solidão estrutural que afeta as mães solo no Brasil encontra sua expressão mais nítida nos indicadores socioeconômicos. Longe de ser um sentimento puramente subjetivo, o isolamento desse contingente de mulheres é balizado por barreiras materiais que restringem sua mobilidade social, sua inserção no mercado de trabalho e seu bem-estar psíquico. Conforme discute Cabral Lopes do Santos (2022), se a dinâmica familiar tradicional já sobrecarrega a mulher, a ausência de um parceiro converte o cuidado e o sustento em deveres estritamente unilaterais.

No contexto brasileiro, as principais barreiras para a mãe-solo giram em torno do dilema entre a geração de renda e a maternagem. A exclusividade nessas funções culmina em uma solidão generalizada na execução das tarefas diárias, reduzindo drasticamente o tempo vital disponível para o autocuidado e o lazer, em prol de uma rotina voltada exclusivamente para a sobrevivência material do lar. A partir dessa realidade, a investigação empírica desses arranjos expõe as clivagens estruturais de raça e classe que dividem a experiência da monoparentalidade, evitando uma universalização abstrata que invisibilizaria as assimetrias mais severas do tecido social (Finamori; Batista, 2022). Essa ausência de compartilhamento parental ganha materialidade estatística nos dados do Censo Demográfico do IBGE (2022).

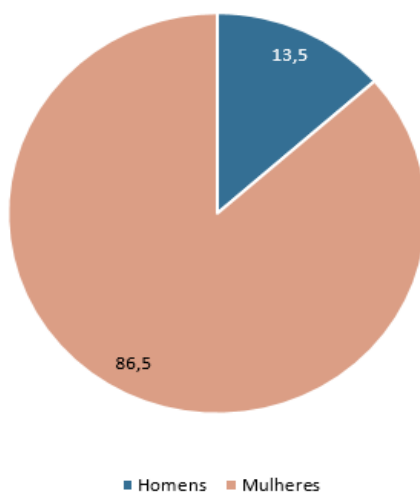


Gráfico 1 – Domicílios particulares sem presença de cônjuge da pessoa responsável e com filhos(as) ou enteados(as) da pessoa responsável ou do cônjuge, segundo o sexo da pessoa responsável pelo domicílio – Brasil – 2022

Fonte: Censo Demográfico – IBGE 2022.

Conforme o gráfico, a proporção de domicílios particulares sem a presença de cônjuge e com filhos ou enteados sob a responsabilidade exclusiva de mulheres atinge a marca expressiva de 86,5%, ao passo que, entre os homens na mesma posição de chefia, esse arranjo se limita a apenas 13,5%. Essa esmagadora disparidade estatística reflete a falência prática do arranjo nuclear convencional e exige uma revisão na forma como a sociedade nomeia essas mulheres. O panorama apresentado valida empiricamente os debates teóricos acerca da sobrecarga material e do esvaziamento da corresponsabilidade de gênero no cuidado doméstico.

Esse abandono paterno em escala nacional é corroborado por Machado (2026) ao apontar, com base nos indicadores do Portal da Transparência dos Registros Cíveis, que nos últimos dez anos mais de 1,7 milhão de crianças brasileiras foram registradas apenas com a filiação materna, uma realidade crônica que se repetiu para cerca de 174 mil recém-nascidos no ano de 2025 (Arpen-Brasil, 2026). Ao desagregar os dados demográficos das famílias monoparentais por arranjos de chefia feminina sem cônjuge, constata-se a consolidação de um abismo histórico. As mulheres negras compõem a esmagadora maioria das mães solo brasileiras, respondendo por cerca de 61% do total deste arranjo doméstico.

De acordo com a perspectiva metodológica e epistemológica de Crenshaw (1989) sobre a interseccionalidade, esse dado numérico não pode ser lido de forma isolada ou puramente aditiva; a intersecção mútua entre gênero, raça e classe gera eixos específicos de exclusão, nos

quais as mulheres negras experimentam vulnerabilidades únicas. Essa encruzilhada de opressões é o que justifica a alta demanda desse público nos postos de assistência do Estado. Conforme aponta Quirino (2025), as mães solo negras constituem a parcela principal dos usuários atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), evidenciando que a subalternidade no mercado e o desinvestimento histórico do Estado empurram essas famílias para a dependência direta das redes estatais de sobrevivência secundária.

É nesse cenário de sobrecarga que se gesta também o isolamento afetivo-social. O ideal estético e social de branquitude opera como um filtro seletivo que empurra as mulheres negras para a base das preferências matrimoniais, resultando no que Pacheco (2013) conceitua como uma “solitária jornada do desejo”. Essa disparidade nupcial ganha contornos estatísticos nos dados do Censo (IBGE, 2022), os quais revelam que, enquanto o casamento civil e religioso predomina na população branca (46,0%), a união consensual e informal estabelece-se como majoritária na população preta (46,1%) e parda (43,8%). Quando a essa equação se adiciona a maternidade monoparental, o corpo social frequentemente rotula a mãe solo negra como um “risco financeiro” ou uma “bagagem pesada”, confinando-as a uma solidão afetiva perene. Como bem sintetizam Silva (2021) e bell hooks (2020), a racialização das relações subjetivas dita quem são os sujeitos considerados dignos ou não ao exercício pleno dos afetos. Para a mãe solo negra, essa dinâmica opera um aniquilamento afetivo, condicionando sua utilidade social estritamente ao ato de cuidar e servir, nunca ao direito de ser cuidada (Hooks, 2020; Silva, 2021).

4.2 Rendimento Médio e a Linha da Pobreza: o Abismo da Desigualdade

Os dados estatísticos revelam que o crescimento da monoparentalidade no país é impulsionado de forma quase exclusiva por recortes raciais. Essa disparidade se reflete nas condições de vida e no acesso a direitos fundamentais. A tabela abaixo ilustra o abismo socioeconômico que separa os arranjos familiares:

Tabela 1 – Perfil comparativo de vulnerabilidade entre mães solo por recorte étnico-racial

Indicador de Vulnerabilidade (IBGE/FGV)	Mãe Solo Negra	Mãe Solo Branca
Rendimento Médio Mensal (2022)	R\$ 1.685	R\$ 2.772
Famílias abaixo da linha da pobreza	63%	~30%
Acesso a saneamento básico adequado	58% (42% não possuem)	72% (28% não possuem)
Acesso ao Ensino Superior completo	Menos de 9%	21,4%

Fonte: Elaborado próprio com base no Pnad Contínua – IBGE 2022.

A leitura cruzada dos indicadores da Tabela 1 evidencia que a desproteção institucional no Brasil possui marcadores indissociáveis. A primeira e mais drástica assimetria repousa na capacidade de geração de renda. Conforme mostram os dados da PNAD Contínua do IBGE (2022) para o quarto trimestre daquele ano, o rendimento médio das chefes de família brancas atingiu R\$ 2.772, valor expressivamente superior aos R\$ 1.685 alcançados pelas mães negras na mesma situação. Esta disparidade salarial de aproximadamente 40% impacta diretamente a segurança alimentar e a capacidade de investimento na prole.

Essa insuficiência de recursos empurra a maioria desses lares para a vulnerabilidade social extrema: enquanto cerca de 30% das mães solo brancas vivem abaixo da linha da pobreza, esse índice mais que dobra entre as mães solo negras, atingindo a marca de 63%. Esse dado demonstra que quase dois terços das famílias monoparentais negras sobrevivem em condições de extrema precariedade material. Essa engrenagem de exclusões dialoga diretamente com as perspectivas de Ribeiro (2019) e Carneiro (2020), ao apontarem que a pobreza e a vulnerabilidade no Brasil têm cor e gênero. A intersecção entre ser mulher, negra e chefe de família representa o estrato de maior desamparo social do país, expondo a urgência de enegrecer o feminismo para evidenciar que a supremacia branca e o patriarcado atuam em simbiose na base da pirâmide distributiva.

A vulnerabilidade ganha contornos de exclusão territorial e habitacional quando se observa o indicador de acesso ao saneamento básico adequado. Quase metade das mães solo negras (42%) reside em lares desprovidos de coleta de esgoto ou água tratada, em contraste com 28% das mães solo brancas. Essa transferência crônica de precariedade estrutural encontra respaldo nas teses de Gonzalez (1984) sobre a divisão racial do espaço e do trabalho. Para a autora, a estrutura social brasileira impõe à mulher negra um lugar de exclusão produtiva e exaustão reprodutiva. Sair de suas comunidades desprovidas de infraestrutura urbana básica e saneamento para cuidar dos lares abastados da classe dominante perpetua a função histórica da “mucama moderna”, cuja energia laboral e afetiva é expropriada em prol de outrem, restando a negligência forçada do próprio núcleo doméstico.

No que tange às barreiras educacionais, o indicador de escolaridade ilustra a rigidez dos tetos de mobilidade social no país: menos de 9% das mães solo negras possuem o Ensino Superior completo, ao passo que entre as mães solo brancas esse índice é de 21,4%, uma proporção quase duas vezes e meia maior. Conforme asseveram Camarano *et al.* (2025) e Barbosa e Braga (2024), a restrição ao ambiente acadêmico qualificado afasta a mulher negra dos postos

de trabalho formais e de maior prestígio, empurrando-as majoritariamente para a informalidade ou para o setor de serviços básicos de cuidados, nos quais as condições permanecem precarizadas e marcadas por baixos salários.

Essa exaustão provocada pela jornada de sobrevivência é tensionada pela pressão dos empregadores no mercado formal (Barbosa; Braga, 2024), que flexibilizam menos a jornada de mães solo sabendo de sua dependência financeira absoluta, enquanto o polo masculino permanece amplamente desobrigado de responsabilidades cotidianas, afetivas e financeiras. Como aponta Ribeiro (2018), a legitimação do pai ausente pelo patriarcado é estruturada a partir da romantização perversa desse sofrimento material.

Aprofundando essa crítica à leniência social com o polo masculino, Fontenele (2020) problematiza como a sociedade historicamente tolera o descumprimento dos deveres paternos, enquanto pune e hipervigia a conduta da mulher que materna sozinha. Sob a perspectiva de proteção jurídica e social, Maciel da Fonseca, Hahn e Angelin (2024) advertem que essa assimetria na cobrança parental viola os direitos fundamentais das mulheres, na medida em que o Estado e a cultura falham em garantir a corresponsabilidade e em punir com rigor o abandono afetivo e material dos genitores, convertendo o direito à maternidade em uma jornada de desamparo institucionalizado.

Essa massiva vulnerabilidade socioeconômica justifica a expressiva centralidade que o segmento de mulheres negras ocupam nos programas de transferência de renda e assistência do Estado contemporâneo, conforme detalhado pelo relatório do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social de junho de 2026 na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Distribuição de mulheres negras atendidas por programas de transferência de renda e assistência social no Brasil (2026)

Programa / Indicador	População Atendida
Pessoas cadastradas no Cadastro Único (Junho/2026)	37.817.165
Pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família (Junho/2026)	21.435.443
Beneficiários de Prestação Continuada – BPC (Maio/2026)	2.063.848

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS (2026).

A leitura dos dados da Tabela 2 consolida a dimensão material da solidão institucional. Diante de um contingente nacional de 60,6 milhões de mulheres negras (Informe MIR, 2023), o fato de mais de 37,8 milhões estarem inscritas no Cadastro Único e 21,4 milhões dependerem

diretamente do Bolsa Família atesta que a sobrevivência dessas famílias está mediada pela urgência governamental.

Por fim, o registro de mais de 2 milhões de mulheres negras assistidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) evidencia o impacto cumulativo da exclusão ao longo da vida. Esse dado aponta para as barreiras históricas enfrentadas por esse grupo no mercado de trabalho formal, o que resulta em uma maior dependência da assistência social do Estado na velhice ou em contextos de invalidez de longo prazo, diante da impossibilidade de acesso à previdência contributiva.

Para além das estatísticas e do amparo estatal, essa dependência crônica de auxílios governamentais traduz-se em uma rotina de privações que afeta diretamente a dinâmica familiar. A pobreza monetária funciona, portanto, como o primeiro vetor da solidão operacional, uma vez que a escassez de recursos impede a contratação de redes privadas de apoio, confinando a mãe solo negra a uma gestão solitária da escassez. Essa conjunção entre privação material e isolamento absoluto culmina frequentemente no burnout materno crônico.

A associação direta entre a chefia monoparental e o adoecimento mental encontra eco nas evidências levantadas por Ferreira e Elias (2024). Ao compararem os índices de esgotamento de mães casadas e solo no Brasil, as autoras demonstraram estatisticamente que as mulheres sem coparentalidade ativa apresentam níveis significativamente mais elevados de burnout parental e menor capacidade de monitoramento educativo dos filhos. Esse dado empírico atesta que a solidão factual na criação se converte em um indicador direto de falência dos recursos de enfrentamento psicológico. A sobrecarga contínua, os níveis elevados de estresse e a falta de suporte necessário para enfrentá-lo resulta em uma exaustão física e emocional extrema (Mikolajczak; Roskam, 2018). Conforme dados do Relatório Global sobre a Economia do Cuidado (2024), as mães solo em situação de vulnerabilidade dedicam, em média, 32 horas semanais a mais ao trabalho doméstico não pago do que homens em arranjos biparentais. Sob o peso do mito da “mãe guerreira”, a exaustão extrema é naturalizada. Essa extrema dependência financeira expõe a falência do mito do “instinto materno” e da idealização romântica da maternidade ocidental.

A esse respeito, resgata-se a crítica psicanalítica de Iaconelli (2020): o isolamento social e institucional a que essas mulheres são submetidas é diretamente proporcional ao nível de idealização e heroísmo que a cultura patriarcal projeta sobre elas. Ao serem rotuladas como “mães guerreiras” capazes de suportar privações de saneamento, educação e renda em nome dos

filhos, privatiza-se e naturaliza-se um cenário de escassez crônica, mascarando o fracasso de uma estrutura social que recusa fornecer a essas mães o direito fundamental à dignidade material, ao amparo institucional e ao pleno desenvolvimento de si (Iaconelli, 2020).

4.3 A Informalidade Compulsória no Mercado de Trabalho

A disparidade de rendimentos é um reflexo direto do modo como o mercado de trabalho absorve essas mulheres. A necessidade imediata de garantir o sustento dos filhos, somada à ausência de divisão do trabalho doméstico, constrange a mãe solo negra a aceitar ocupações de baixa qualificação e alta flexibilidade precária, configurando o que se conceitua como informalidade compulsória. Sem um segundo provedor e diante da escassez crônica de equipamentos públicos de apoio ao cuidado, essa dinâmica se materializa em uma realidade estatística alarmante, conforme demonstra o gráfico a seguir.

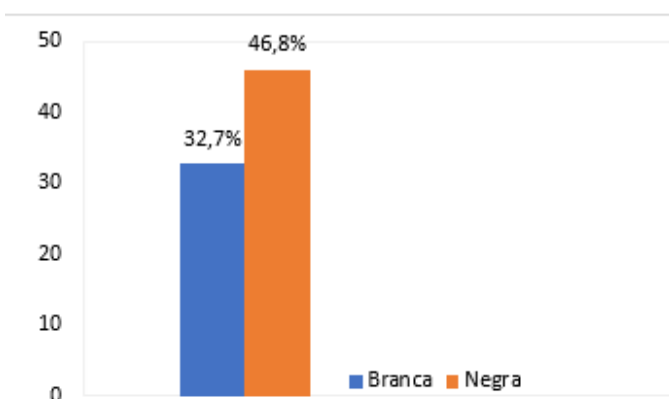


Gráfico 2 – Proporção de mulheres ocupadas em empregos informais por Cor/Raça (%)

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD Contínua – 2023.

A profunda vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pelas mulheres negras no Brasil encontra sua raiz direta nas dinâmicas de exclusão do mercado de trabalho, realidade que o gráfico 2 expõe ao detalhar a proporção de mulheres ocupadas em empregos informais por Cor/Raça. Enquanto a taxa de informalidade entre as trabalhadoras brancas é de 34,5%, esse índice salta para 46,8% entre as mulheres pretas e pardas, uma diferença alarmante de mais de 12 pontos percentuais que evidencia a persistência do racismo estrutural e institucional nas contratações.

Quando essa realidade de desproteção trabalhista é cruzada com o cenário das mães solo, o impacto é devastador. Sem a estabilidade de um salário fixo ou o amparo de benefícios sociais

corporativos (como auxílio-creche ou plano de saúde), essas chefes de família ficam inteiramente expostas às oscilações econômicas diárias. Essa precariedade laboral justifica e retroalimenta os índices discutidos anteriormente: a falta de vínculos formais de emprego e as baixas remunerações decorrentes da informalidade explicam por que as mulheres negras dependem massivamente das redes de assistência estatal e das transferências de renda para assegurar a sobrevivência de seus núcleos familiares.

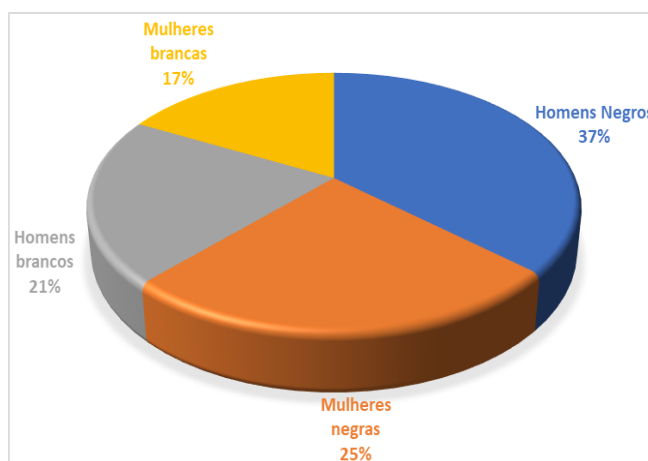


Gráfico 3 – Distribuição da População Ocupada em Trabalho Doméstico por Gênero e Raça

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Ipea – 2024.

A divisão social e racial do trabalho no Brasil ganha contornos ainda mais nítidos quando se observa a distribuição da população ocupada em trabalho doméstico por gênero e raça. O dado mais alarmante desse indicador reside na disparidade entre as trabalhadoras: as mulheres negras representam 25,3% do setor, enquanto as mulheres brancas respondem por 17,2%. Essa diferença de mais de 8 pontos percentuais evidencia como o serviço doméstico remunerado clássico (mensalistas, diaristas, cozinheiras e cuidadoras) continua sendo uma ocupação desproporcionalmente delegada aos corpos negros.

Como apontado por Goes *et al.* (2023), citado em Camarano (2025), a expressiva concentração de mulheres negras e de baixa renda no setor de cuidados evidencia as profundas disparidades raciais que estruturam a organização social do cuidado no Brasil, fruto direto da nossa formação histórica e econômica. Tradicionalmente associado à herança colonial e à desvalorização das atividades de cuidado, o trabalho doméstico reflete um afunilamento estrutural que aprisiona a mulher negra na base da pirâmide laboral, onde os índices de informalidade são os mais altos do mercado e os salários, os mais baixos. Enquanto a mulher branca encontra caminhos de maior mobilidade social para migrar rumo a postos de trabalho

formais, administrativos ou de maior prestígio, a mulher negra permanece sobrecarregada pelo duplo estigma de gênero e raça no setor de serviços básicos.

Em consonância com essa visão, Ribeiro (2023), referenciado por Camarano (2025), reforça que essa herança estrutural é responsável por manter o trabalho doméstico e de assistência em uma posição socialmente subvalorizada e confinada à precarização laboral. Essa segmentação racial dentro das atividades de apoio aprofunda-se ainda mais quando analisamos especificamente o setor de cuidados e reprodução social. Para compreender a real dimensão dessa assimetria, é fundamental observar o Gráfico 4 a seguir, que traz a proporção de trabalhadoras domésticas e cuidadoras no Brasil por Sexo e Cor/Raça (%), cujos indicadores evidenciam uma clivagem nítida na base dos serviços essenciais no país.

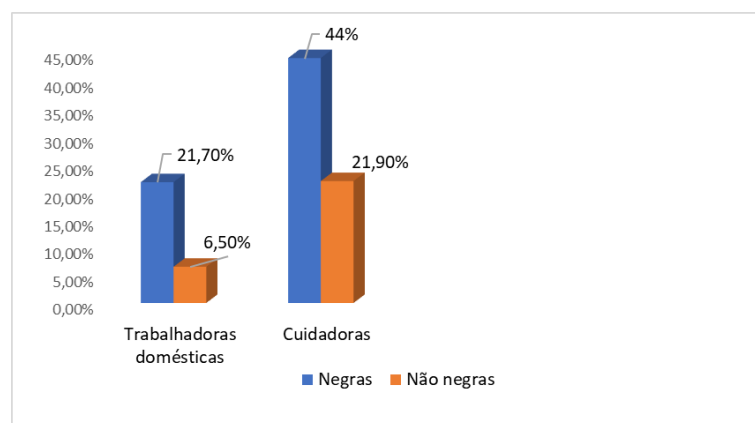


Gráfico 4 – Proporção de trabalhadoras domésticas e cuidadoras no Brasil, por sexo e Cor/Raça (%)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados/Ipea, 2024.

A análise desses dados revela que a sobrecarga dos serviços de reprodução social, que envolvem tanto a manutenção dos lares quanto o zelo por crianças, idosos e enfermos, recai de forma desproporcional sobre a população feminina negra. No âmbito das cuidadoras, as mulheres negras representam a maioria absoluta com 44%, um índice que é praticamente o dobro do registrado pelas cuidadoras não negras (21,9%). Esse cenário demonstra que a responsabilidade profissional pelo bem-estar e pela assistência direta a terceiros continua a ser uma atividade fortemente racializada no mercado brasileiro.

Essa disparidade se torna ainda mais gritante quando observamos o segmento das trabalhadoras domésticas, onde as mulheres negras totalizam 21,7%, face a apenas 6,5% de mulheres não negras. Uma presença três vezes maior de corpos negros nessa função expõe a rigidez de uma estrutura herdada do período colonial, que confina a mulher negra às tarefas de

menor prestígio social, marcadas historicamente por baixos salários e altos índices de informalidade. Os dados explicitam como as barreiras de gênero e raça operam de forma combinada no mercado de trabalho, no qual as mulheres negras permanecem concentradas na linha de frente do cuidar e do servir, sustentando a infraestrutura cotidiana de famílias de maior poder aquisitivo à custa da sua própria vulnerabilidade econômica.

O cruzamento entre os dados de renda com essas elevadas taxas de informalidade e precarização materializa em números o que González (1984) e bell hooks (2020) discutiram sobre a expropriação material e subjetiva dessas mulheres. A informalidade atua como um motor central na produção da solidão estrutural por três vertentes complementares. Em primeiro lugar, há a ausência de proteção social; por operar à margem da CLT, a mãe solo negra é desprovida de direitos básicos (como auxílio-doença, licença-maternidade remunerada e férias), fazendo com que o adoecimento próprio ou do filho se traduza imediatamente em perda de renda e gere um estado de alerta psicológico constante. A segunda vertente é a invisibilidade econômica, pois a oscilação diária dos ganhos impede o planejamento familiar básico, submetendo a mulher a uma rotina de estresse financeiro que corrói sua saúde mental. Por fim, configura-se a dupla jornada sem fronteiras; sem uma jornada regulamentada, os limites entre o tempo laboral e o doméstico desaparecem. A necessidade de estender as horas de trabalho opera o ‘sequestro do tempo vital’ discutido por bell hooks (2020), inviabilizando o descanso, o autocuidado e os laços afetivos.

20

Essa pressão psicológica força o represamento de patologias como a ansiedade generalizada e a depressão. A mãe solo negra esconde suas vulnerabilidades por medo do julgamento, da estigmatização laboral ou do medo institucionalizado de perder a guarda de seus filhos para o Estado. O choro e o desespero são empurrados para a esfera da madrugada silenciosa, mantendo intacta, durante o dia, a máscara de ferro da “mulher forte” exigida para que as engrenagens socioeconômicas continuem operando. Em contrapartida, as mães solo brancas acessam de maneira significativamente mais ampla o mercado formal de trabalho e cargos de maior estabilidade técnica e administrativa, dispondo de amparos legais que mitigam os impactos da sobrecarga (Pacheco, 2013).

4.4 Infraestrutura Urbana, Tecnológica e o Sequestro do Tempo

A assimetria socioeconômica estende-se para a dimensão territorial e de infraestrutura urbana. A habitação adequada e o acesso a serviços básicos são distribuídos de maneira

profundamente desigual. Dados do IBGE (2022) apontam que apenas 58% dos lares de mães solo negras contam com saneamento básico adequado (esgotamento sanitário, água encanada e coleta de lixo), expondo 42% dessas famílias a ambientes de vulnerabilidade sanitária. No extremo oposto, 72% dos lares monoparentais de mulheres brancas usufruem dessas infraestruturas estruturais básicas. Essa gritante disparidade é diretamente agravada pelas assimetrias no acesso à infraestrutura tecnológica básica de reprodução social, conforme revelam os dados do Censo Demográfico 2022.

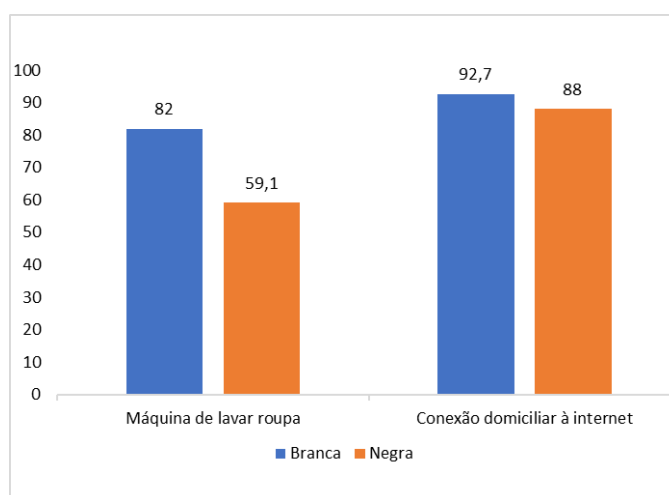


Gráfico 5 – Proporção percentual de mulheres em domicílios particulares permanentes com presença de máquina de lavar roupa e com conexão domiciliar à internet, por cor ou raça

Fonte: Elaboração própria com base no Censo Demográfico – 2022.

A análise dos indicadores apresentados no Gráfico 5 torna evidente como as disparidades de cor e raça operam na distribuição do acesso à infraestrutura tecnológica e de reprodução social no Brasil. Os dados revelam uma clivagem nítida no acesso a bens que impactam diretamente a gestão do tempo e a conectividade das chefes de família.

No que tange à presença de máquina de lavar roupa, o abismo comparativo salta aos olhos: enquanto o eletrodoméstico é um bem quase universalizado nos domicílios de mulheres brancas (atingindo cerca de 82%), a sua ausência é uma constante estatística nos lares de mulheres pretas e pardas, onde o acesso cai drasticamente para a casa dos 59,1%. Em termos sociológicos e práticos, a ausência desse maquinário rudimentar significa que quase metade das mães negras e pardas precisa realizar a higienização de roupas de forma estritamente manual. Essa dinâmica demanda um esforço físico exaustivo e horas adicionais de trabalho doméstico que operam, na prática, o “sequestro do tempo vital” exaustivamente denunciado por bell hooks (2020). A tecnologia de automação do lar atua, portanto, como um filtro de privilégio que poupa

o tempo e o corpo das mulheres brancas, ao passo que a escassez infraestrutural nos lares negros drena a energia laboral restante da mãe solo, acentuando de forma solitária sua exaustão física.

Quando analisado o indicador de conexão domiciliar à internet, os dados mostram que, embora a conectividade tenha avançado nas últimas décadas, a desigualdade de acesso permanece estrutural. Os domicílios chefiados por mulheres brancas apresentam taxas de conexão superiores (em torno de 92,7%), enquanto os lares de mulheres negras e pardas registram um percentual menor (cerca de 88%). Esse cenário de expropriação temporal ganha contornos ainda mais graves quando analisamos a mobilidade urbana nacional. De acordo com os indicadores extraídos do Censo Demográfico 2022 (referentes ao tempo de deslocamento para o trabalho principal e o meio de transporte utilizado), as mulheres negras e pardas são as que enfrentam os maiores tempos de trânsito em trajetos metropolitanos, constituindo o perfil demográfico que mais depende de sistemas de transporte público precarizados e ineficientes.

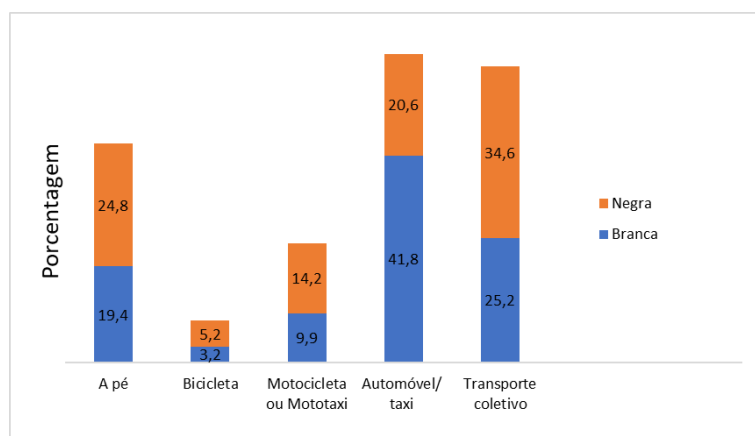


Gráfico 6 – Distribuição Percentual de Mulheres Ocupadas por Meio de Transporte e Tempo de Deslocamento ao Trabalho Principal segundo Cor/Raça

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2022.

A análise do gráfico 6 revela que o direito à cidade e à mobilidade urbana é profundamente clivado pelas variáveis de raça e gênero. O dado mais sintomático dessa estratificação socioeconômica reside na modalidade de transporte por automóvel particular, em que se observa o maior abismo comparativo: enquanto 41,8% das mulheres brancas realizam seus deslocamentos por meio de veículo próprio, apenas 20,6% das mulheres negras acessam essa mesma condição de conforto, previsibilidade e segurança. Essa assimetria de mais de 21 pontos percentuais funciona como um indicador indireto de renda e acúmulo de patrimônio, evidenciando as barreiras históricas de inserção econômica que limitam o poder de consumo das trabalhadoras negras.

No extremo oposto, o gráfico demonstra a hiperdependência das mulheres negras em relação às formas de deslocamento que exigem maior desgaste físico e tempo de espera. Elas constituem o maior contingente na utilização do transporte urbano coletivo (34,6%) e nos deslocamentos realizados estritamente a pé (24,8%). Quando somados esses dois indicadores, constata-se que a maioria absoluta das mulheres negras (59,4%) depende diretamente da eficiência, ou da crônica precarização, dos sistemas públicos de transporte e da própria caminhada para acessar o mercado de trabalho, contra 44,6% das mulheres brancas.

O fato de um quarto das mulheres negras (24,8%) precisar se deslocar a pé indica, em termos sociológicos, uma dupla vulnerabilidade: a segregação residencial (moradia em periferias desprovidas de linhas regulares de transporte) ou a necessidade de economizar o valor da tarifa em detrimento do próprio desgaste corporal. Portanto, os dados do gráfico não retratam meras escolhas individuais de locomoção, mas sim a materialização de uma injustiça espacial. Esse cenário perpetua o esgotamento físico e corrobora o conceito de ‘sequestro do tempo vital’, uma vez que a combinação entre transporte coletivo ineficiente e longas caminhadas confisca diariamente as horas que deveriam ser destinadas ao descanso, à saúde mental e ao convívio familiar dessas mães solo.

Sob essa ótica, esse deslocamento prolongado atua como um mecanismo adicional de expropriação. A solidão, nesse sentido, revela sua faceta mais materialista: ela é a escassez absoluta de tempo livre. Com isso, a jornada de trabalho torna-se ininterrupta. As horas que deveriam ser destinadas ao lazer, à educação formal, ao autocuidado ou à articulação de laços afetivos e comunitários são devoradas pelas demandas domésticas manuais, pelo emprego e pelas severas barreiras de mobilidade urbana. A mulher deixa de existir enquanto sujeito de desejos próprios e passa a operar estritamente como um vetor de manutenção da vida alheia, enclausurada em uma rotina onde o cuidar do outro significa o aniquilamento de si.

4.5 A Solidão Institucional e o Gargalo do Acesso às Creches

A dimensão política da solidão da mãe solo negra materializa-se naquilo que se conceitua como solidão institucional. Este fenômeno caracteriza-se pela falha sistemática, omissão deliberada e negligência do Estado na formulação de redes de proteção social para famílias monoparentais.

Contudo, o indicador urbano que mais diretamente interfere na produção da solidão e no aprisionamento socioeconômico da mãe solo negra é o acesso a equipamentos públicos de

cuidado infantil, especificamente as creches públicas em tempo integral. A análise das notas técnicas e dos relatórios de desigualdade do IPEA (2022) demonstra que o déficit de vagas na educação infantil não se distribui de forma geograficamente neutra: ele atinge prioritariamente as periferias urbanas e regiões metropolitanas, locais com o maior adensamento de famílias monoparentais pretas e pardas.

De acordo com o IPEA (2022), o déficit de vagas em creches públicas atinge seu ápice nas periferias urbanas, onde mais de 45% das mães negras de baixa renda declaram não conseguir emprego formal devido à impossibilidade de deixar os filhos em uma instituição pública em tempo integral. A carência desses espaços e da precariedade da rede de transporte público são expressões materiais de como as estruturas governamentais desamparam prioritariamente a mulher negra (Almeida, 2016). A escassez desses serviços públicos de cuidado atua como uma barreira estrutural que reproduz a desigualdade de raça e gênero, uma vez que a falta de um local seguro para deixar os filhos restringe severamente a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho formal, empurrando-as para a informalidade e perpetuando o ciclo da pobreza multidimensional.

A falta de vagas em creches públicas atua como uma barreira intransponível para a autonomia das mães solo negras. Sem equipamentos públicos onde possam deixar seus filhos em segurança durante o horário comercial, essas mulheres enfrentam um duplo isolamento: são excluídas do mercado formal de trabalho por falta de apoio logístico e são isoladas socialmente no ambiente doméstico, sobrecarregadas pelo cuidado ininterrupto.

24

A mãe solo branca, detentora de maior rendimento médio e maior escolaridade (21,4% possuem ensino superior completo, contra menos de 9% das mulheres negras), consegue contornar a ausência do Estado recorrendo à rede privada de ensino ou à contratação de profissionais de cuidado. Para a mãe solo negra, a falha do Estado na oferta de creches consolida o cenário de solidão institucional e perpetua o ciclo de reprodução da pobreza.

Na ausência de uma rede de apoio formal garantida pelo Estado, a mãe solo negra vê-se obrigada a recorrer a redes informais e comunitárias precárias, como vizinhas igualmente sobrecarregadas ou parentes idosos. Todavia, a precarização das relações de trabalho e o avanço do neoliberalismo têm fragilizado esses laços históricos de solidariedade periférica. A falha institucional do aparato público opera uma inversão perversa: ao invés de acolher e amparar a mãe exausta, o sistema, por meio de órgãos de fiscalização e assistência social desestruturados,

muitas vezes atua de forma punitiva e criminalizadora, culpabilizando-a individualmente pelas vulnerabilidades materiais de sua prole e aprofundando o abismo de seu isolamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs-se a analisar de que forma as opressões estruturais de gênero, raça e classe convergem para moldar e intensificar a experiência da solidão na vivência das mães solo negras no Brasil contemporâneo. Ao abandonar perspectivas universalistas e ditas “neutras” sobre a monoparentalidade, a utilização do arcabouço conceitual da interseccionalidade permitiu desvelar que a chefia de família exercida por mulheres negras não constitui um mero arranjo doméstico contingencial, mas reflete uma profunda e persistente engrenagem de desamparo socioeconômico e institucional herdeira do processo colonial brasileiro.

Os objetivos específicos delineados nesta pesquisa foram plenamente alcançados. A contextualização histórica recuperou as fraturas do regime escravocrata, demonstrando como a herança colonial retirou da “mãe preta” o direito ao próprio exercício da maternidade, projetando o cuidar como uma função compulsória voltada à manutenção da vida alheia. No cenário contemporâneo, a expropriação do tempo vital e a sobrecarga sistêmica cristalizaram-se nos dados demográficos e econômicos analisados no quarto capítulo.

25

O mapeamento dos indicadores socioeconômicos confirmou a hipótese que orientou este trabalho: a solidão da mãe solo negra ultrapassa o isolamento afetivo-subjetivo, configurando-se como uma solidão estrutural. O abismo material evidenciado pelos dados revela que esse grupo demográfico — que constitui a base da população nacional — é empurrado de forma desproporcional para a vulnerabilidade extrema. A convergência entre um rendimento médio sensivelmente inferior (R\$ 1.685), a prevalência de 63% dessas famílias abaixo da linha da pobreza, o expressivo déficit de acesso ao saneamento básico adequado (42%) e as severas restrições à titulação no Ensino Superior (menos de 9%) desenha um mapa de exclusões sobrepostas. Essa vulnerabilidade justifica, por conseguinte, a dependência em massa de redes assistenciais e programas estatais de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Cadastro Único.

Ademais, no que tange às dimensões psicossociais, revelou-se evidente que o isolamento operacional, a gestão solitária da escassez material e do cuidado doméstico não remunerado, atua como o principal vetor para o desenvolvimento do burnout parental crônico. Essa exaustão

é socialmente invisibilizada e legitimada por meio da ideologia perversa do mito da “mulher negra forte” ou da “mãe guerreira”. Essa retórica de romantização da resiliência atua como um mecanismo de desumanização que retira o direito dessas mulheres à queixa, legitimando o esvaziamento da responsabilidade paterna, a desoneração do polo masculino e o desinvestimento do Estado na oferta de equipamentos de suporte, como creches públicas em tempo integral e infraestruturas urbanas de apoio.

Conclui-se, portanto, que a pobreza e a desproteção social no Brasil têm cor, gênero e arranjo familiar definidos. Enfrentar a solidão e o adoecimento psíquico da mãe solo negra exige que a economia do cuidado seja retirada da esfera do sacrifício doméstico privado e pautada como um problema macroestrutural de reparação histórica, justiça distributiva e direitos humanos.

Como recomendações para agendas políticas e pesquisas futuras, aponta-se a urgência de formulação de políticas públicas intersetoriais e interseccionais, com centralidade em programas de moradia, ampliação da rede de ensino infantil público periférico e inserção qualificada de mulheres negras no mercado de trabalho formalizado. Somente através do desmonte desse tripé opressor de raça, gênero e classe será possível devolver a essas mulheres o direito à subjetividade, à afetividade plena e, fundamentalmente, ao usufruto de seu próprio tempo vital.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS (Arpen-Brasil). Portal da Transparência dos Registros Cíveis, 2026.

BARBOSA, Alexsandra dos Santos; BRAGA, Sônia Maria da Costa. A solidão da mulher negra e a maternidade solo: vivências reais. *Revista Docentes*, v. 9, n. 27, p. 115-119, 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia *et al.* O cuidado enquanto ocupação: em que condições? *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, Brasília, v. 31, n. 79, p. 95-107, abr. 2025.

CABRAL LOPES DOS SANTOS, Valentina. *Filha/o da mãe: o sofrimento ético-político de mães-solo na perspectiva interseccional*. 2022. 8of. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Recife: NEABI, Universidade Católica de Pernambuco, p. 1-11, 2020.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FERREIRA, Amanda Trivellato; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Burnout parental, habilidades sociais educativas parentais e monitoramento parental: mães casadas e solo. 2024.

FONTENELE, Luana. Mãe solteira ou mãe solo? Descubra as implicações de cada termo e conheça histórias dessa realidade. OITOMEIA, 2020.

FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria Alice Magalhães. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina. *Mediações*, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2022.

MACIEL DA FONSECA, G.; HAHN, N. B.; ANGELIN, R. Maternidade solo: uma abordagem sob perspectivas culturais e jurídicas frente aos direitos das mulheres no Brasil. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, v. 12, n. 12, p. 125-140, 2024.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. *Olhares Negros: Raça e Representação*. São Paulo: Elefante, 2020.

IACONELLI, Vera. *Mal-Estar na Maternidade: do Infanticídio à Função Materna*. São Paulo: Autêntica, 2020.

INFORME MIR – MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. Monitoramento e avaliação – nº 2 – Edição Mulheres Negras. Brasília, DF, set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: Nupcialidade e Família*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2023 (Microdados da amostra)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); ONU MULHERES. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: painel de indicadores (2016-2022)*. Brasília: IPEA, 2024.

MACHADO, Simone. Brasil tem 1,7 milhão de crianças sem nome do pai na certidão. *UOL Notícias*, 7 maio 2026.

MINAYO, Maria Cecília de F. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MIKOLAJCZAK, M.; ROSKAM, I. A theoretical and clinical framework for parental burnout: the balance between risks and resources (BR²). *Frontiers in Psychology*, v. 9, p. 886, 2018.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher Negra, Afetividade e Solidão*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *Quem Tem Medo do Feminismo Negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. Feminismos Plurais. 3. reimpr. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SILVA, M. *A Solidão da Mulher Negra*. 2021. Monografia (Especialização) – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.